



AGRADECIMENTOS ¹

Se, como já se disse com sabedoria, a gratidão é a mãe de todas as virtudes, agradecer é indispensável. Mas, considerando que este livro é resultado de diferentes atividades realizadas ao longo de décadas, reputo impossível cobrir toda essa extensão de tempo e tal complexidade de conteúdo para aí identificar tudo e todos aos quais devo meu reconhecimento. Portanto, a limitação é inevitável.

Agradeço inicialmente ao Doutor Marcelo Porciuncula que, em nome da Editora, fez o convite para a empreitada. Sou grato pela fé na consecução do trabalho, pela gentileza e pela paciência que sempre me dedicou. Espero poder retribuir dando sequência aos próximos volumes, para complementar o projeto do Curso.

Agradeço também aos Doutores Guilherme Setoguti Pereira e Viviane Siqueira Rodrigues. Estamos juntos desde seu curso de graduação, quando tive a oportunidade de lhes ministrar aulas de Processo Civil. Continuamos hoje juntos nas atividades de pós-graduação e em outras tarefas acadêmicas. Sem eles, não teria sido possível realizar este trabalho. Eles foram responsáveis pelo levantamento dos textos que eu houvera produzido e divulgado por diferentes canais. Mais do que isso, sua ajuda na atualização e na pesquisa foi indispensável. Os debates que travamos e a revisão final da obra me levaram a repensar ou a consolidar posições. Espero que o tempo ainda nos reserve muito mais trabalho e, portanto, convívio gratificante. Conto com eles na continuação.

Agradeço a meus Mestres, constante fonte de inspiração, consciente ou não. Naturalmente, eles foram muitos ao longo do tempo. Faço-o, primeiramente, na pessoa do Professor Antonio Junqueira de Azevedo, de saudosa memória

1. Constantes da primeira edição.





e que, embora não sendo exatamente um processualista, deixou marca indelével na minha formação jurídica, pelos quatro anos em que fui seu aluno no curso de graduação. Também agradeço na pessoa dos três processualistas que são minha mais importante referência: Antonio Carlos de Araújo Cintra, meu primeiro professor de Processo; Ada Pellegrini Grinover, minha mais fiel e presente companheira de vida acadêmica (sem embargo de considerá-la também minha professora); e Cândido Rangel Dinamarco, meu orientador nos cursos de Mestrado e Doutorado, cujo pensamento é seguramente minha maior fonte de inspiração. Espero que este livro, se não puder lhes ser fonte de gratificação ou de orgulho, que ao menos não lhes cause desapontamento. Peço que eles vejam a confissão que está lançada nas páginas seguintes, de assumida imaturidade intelectual para uma obra como a presente. Mas, como disse ali, é preciso começar um dia...

Agradeço, ainda, a meus Colegas, na pessoa dos dois Titulares do Departamento da Faculdade de Direito: José Rogério Cruz e Tucci e José Roberto Bedaque, cujo trabalho e pensamento admiro e respeito sinceramente; e com quem pretendo sempre trabalhar pela unidade e harmonia de nossa Escola. Na pessoa desses dois Colegas homenageio em particular os Professores do meu Departamento.

Agradeço a meus Alunos, onde quer que tenham acompanhado minhas aulas. Na verdade, agradeço a todos os que eventualmente vejam em mim aquela condição: professor não é apenas quem se propõe a ensinar, mas aquele que seus interlocutores reconhecem como tal.

Agradeço aos amigos que, de alguma forma, apoiaram a empreitada. Não são tantos assim, porque verdadeiros amigos são como tesouros e, portanto, são escassos. Agradeço a todos eles, nas pessoas de dois amigos queridos: Rubens Pimentel Scaff Junior e Maise Gerbasi Morelli.

Agradeço finalmente a minha família, abrangidos aí meus entes mais próximos: Flávia, Fernanda, Vera, Clélia, Aldo, Rosângela, Juliana, Daniel, Lucas, Fábio e Luna. Santo de casa às vezes faz milagre sim...





SUMÁRIO

Imprescindíveis palavras ao leitor desta obra	23
Prefácio à 2ª edição	27

TÍTULO I

Conceitos introdutórios

CAPÍTULO I

Sociedade e tutela jurídica

1. Interesses e conflitos	31
2. Caráter heterogêneo dos conflitos	32
3. Crises	33
4. Pretensão	34
5. Relação entre pretensão e interesse processual	35
6. Formas de solução de conflitos	36
7. Autotutela	37
8. Autocomposição	38

CAPÍTULO II

Direito material e direito processual

9. Dois diferentes planos	41
10. Distinção a partir do «bem da vida»	42





11. Direito material e evolução metodológica do direito processual..	44
12. Os institutos fundamentais do direito processual (ação, exceção, jurisdição e processo).....	46
13. Direito material e processo: instrumentalidade e efetividade.....	47
14. Direito processual material?	48
15. Normas processuais e efeitos substanciais	49
16. Normas processuais fora do Código de Processo Civil	51
17. Desdobramentos da distinção entre direito material e processual	52

CAPÍTULO III

Fontes, interpretação e eficácia da norma processual

18. Fontes da norma processual	55
19. Interpretação da norma processual	59
20. Classificação segundo o método	60
21. Segue: analogia e princípios gerais	62
22. Segue: método comparativo	64
23. Classificação segundo o agente	66
24. Segue: classificação quanto ao resultado.....	69
25. Norma processual no tempo.....	71
26. Segue: a regra do «isolamento» dos atos processuais	73
27. Segue: atos processuais complexos	75
28. Segue: lei nova e modulação de efeitos	75
29. Segue: normas processuais sancionadoras	77
30. Norma processual no espaço	78

TÍTULO II

Princípios do Direito Processual Civil

CAPÍTULO I

Os princípios, a jurisdição e a Constituição

31. Princípios e escopos da jurisdição.....	83
32. Princípios e regras	84





SUMÁRIO 11

33. Princípios «gerais» do direito processual.....	88
34. Princípios constitucionais do processo.....	90
35. Princípios constitucionais e direito processual constitucional	91
36. Princípios informativos do direito processual	92

CAPÍTULO II

Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional
(ou da tutela jurisdicional)

37. Inafastabilidade e poder (ou direito) de ação	97
38. Inafastabilidade e tutela jurisdicional	98
39. «Remédios» processuais e atipicidade da ação	99
40. Segue: remédios constitucionais e jurisdição constitucional das liberdades	100
41. Segue: os assim denominados «remédios heroicos»	101
42. Inafastabilidade e a defesa dos direitos transindividuais.....	103
43. Segue: tratamento coletivo de demandas individuais (crítica).....	105
44. Inafastabilidade e devido processo legal	106
45. Inafastabilidade e segurança	107
46. Inafastabilidade e disciplina da competência	109
47. Inafastabilidade e solução adjudicada da controvérsia	110
48. Inafastabilidade e (inexistência de) monopólio estatal da jurisdição: arbitragem	112
49. Inafastabilidade e jurisdição fora do Poder Judiciário	112
50. Segue: comissões parlamentares de inquérito	112
51. Segue: atividade desempenhada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)	113
52. Segue: agências reguladoras e políticas públicas	114
53. Inafastabilidade da tutela jurisdicional e duração razoável do processo	114
54. Processo eletrônico, acesso à Justiça e inafastabilidade	116
55. Duração razoável, metas e produtividade dos órgãos judiciais ...	118
56. Princípio da inafastabilidade e denegação da tutela jurisdicional.	120





CAPÍTULO III

Princípio da imparcialidade

57. Imparcialidade e jurisdição	121
58. Imparcialidade e independência.....	121
59. Independência e técnicas de uniformização da jurisprudência.....	122
60. Independência e controle (interno e externo) da Magistratura	123
61. Imparcialidade e juiz natural	125
62. Imparcialidade e princípio da demanda	126
63. Imparcialidade e providências de instrução determinadas de ofício	126
64. Imparcialidade: impedimento e suspeição.....	128
65. Caráter taxativo da previsão legal de impedimento e de suspeição?	128
66. Adiantamento de juízos de mérito.....	129
67. Imparcialidade e independência do árbitro (confronto com o juiz estatal).....	130
68. Imparcialidade e outros partícipes do processo	131
69. Segue: imparcialidade do membro do Ministério Público	132
70. Segue: imparcialidade de conciliadores e mediadores	134

CAPÍTULO IV

Princípio do contraditório

71. Contraditório e processo	137
72. Informação e reação	137
73. Informação.....	138
74. Segue: informação e processo eletrônico	139
75. Reação.....	140
76. Contraditório e prova.....	141
77. Contraditório: defesa técnica e autodefesa.....	143
78. Contraditório e direito a recurso	144
79. Contraditório e dever de colaboração (ou de cooperação)	145
80. Contraditório e lealdade processual	146





SUMÁRIO

13

81. Contraditório e formação do convencimento das partes.....	148
82. Contraditório e motivação	148
83. Contraditório, motivação e persuasão racional.....	149
84. Motivação <i>ad relationem</i>	149
85. Contraditório e igualdade	151
86. O juiz e o contraditório	151
87. Derrogação ao princípio	152
88. Contraditório e limites de cognição	153
89. Princípio do contraditório no Código Civil.....	154
90. Contraditório e atuação de organizações privadas.....	155

CAPÍTULO V

Princípio da igualdade

91. Igualdade e escopos da jurisdição	157
92. Igualdade e acesso à Justiça	158
93. Igualdade na relação jurídica processual	159
94. Igualdade e processo eletrônico.....	160
95. Igualdade e resultado do processo.....	160

CAPÍTULO VI

Princípio da ação ou da demanda

96. Inércia da jurisdição e iniciativa do interessado	163
97. Princípio da demanda e (o assim denominado) princípio dispositivo	164
98. Segue: impulso oficial	165
99. Disponibilidade e indisponibilidade	166
100. Segue: princípio dispositivo e matérias que o juiz pode e deve conhecer de ofício.....	168
101. Desdobramentos do princípio da demanda.....	169
102. Princípio da demanda e outros princípios.....	170
103. Segue: (aparentes) exceções	171





CAPÍTULO VII

Princípio da publicidade

104. Conteúdo do princípio	173
105. Publicidade e veículos de comunicação de massa	174
106. Limites à publicidade	175
107. Publicidade e processo eletrônico	176
108. Publicidade e presunção de conhecimento	176

TÍTULO III

Os institutos fundamentais do processo civil: jurisdição

CAPÍTULO I

Conceito e escopos

109. A jurisdição no contexto das funções do Estado Moderno	181
110. Jurisdição e legislação	182
111. Jurisdição e Administração	184
112. Elementos conceituais de jurisdição.....	186
113. Elementos excluídos do conceito de jurisdição	187
114. A assim denominada <i>jurisdição voluntária</i>	189
115. Jurisdição e execução.....	192
116. Jurisdição e produção da prova.....	194
117. Atividade administrativa do juiz.....	195
118. Meios alternativos ou adequados de solução de controvérsias	196
119. Arbitragem	197
120. Conciliação e mediação	198
121. Outras técnicas para estimular a autocomposição	200
122. Escopos da jurisdição.....	201
123. Escopos (jurídico e social) e segurança jurídica	203
124. Escopo político	205





SUMÁRIO 15

CAPÍTULO II
Princípios da jurisdição

125. Princípios da jurisdição	207
126. Investidura	207
127. Aderência ao território	208
128. Indelegabilidade.....	211
129. Inevitabilidade.....	212
130. Inafastabilidade, juiz natural e inércia.....	213

CAPÍTULO III
Espécies de jurisdição

131. Espécies de jurisdição	215
132. Segue: critério do objeto.....	216
133. Posição hierárquica	218
134. Jurisdição de direito e de equidade	219
135. Segue: equidade e discricionariedade.....	220
136. Jurisdição una e dúplice.....	221
137. Jurisdição estatal e não estatal	222

CAPÍTULO IV
Jurisdição e competência

138. Jurisdição e competência.....	225
139. Competência e inafastabilidade do controle jurisdicional	226
140. Competência e princípio do juiz natural	227
141. Vinculação entre competência e processo.....	228

CAPÍTULO V
Critérios de determinação

142. Critérios de determinação da competência.....	231
143. Critério objetivo	232
144. Critério territorial	235





145. Critério funcional.....	235
146. Conflito entre regras inspiradas em critérios diversos.....	238

CAPÍTULO VI

Etapas na determinação da competência

147. Etapas na determinação da competência	241
148. Competência internacional	242
149. Determinação da «Justiça» competente	243
150. Competência originária	247
151. Competência de foro.....	247
152. Competência de juízo.....	248
153. Competência do juiz	249
154. Competência recursal	251
155. Competência para cumprimento da decisão	252

CAPÍTULO VII

Competência absoluta e relativa

156. Competência absoluta e relativa	255
157. Segue: competência absoluta e relativa na arbitragem.....	257
158. Formas de modificação de competência (ou de prorrogação da incompetência) relativa	259
159. Segue: reunião de causas	260
160. Prevenção	263
161. Prevenção e distribuição por dependência	264
162. Perpetuação da competência.....	266
163. Competência e arbitragem	268

CAPÍTULO VIII

Conflito e reconhecimento de incompetência

164. Conflito de competência	271
165. Alegação de incompetência.....	272
166. Consequências do reconhecimento da incompetência.....	274



**TÍTULO IV****Os institutos fundamentais do processo civil: ação e exceção**

CAPÍTULO I

Aspectos conceituais da ação

167. Ação: diferentes perspectivas conceituais	279
168. Sujeito passivo do poder ou direito de ação	281
169. Ação, processo e tutela jurisdicional	282

CAPÍTULO II

Classificação das ações

170. Classificação das ações ou (mais corretamente) das tutelas	285
171. Tutela cognitiva ou declaratória (em sentido lato)	287
172. Tutela meramente declaratória	288
173. Mera declaração e interesse de agir.....	289
174. Suficiência da tutela meramente declaratória.....	290
175. Declaração de mero fato	291
176. Momento de eficácia da tutela meramente declaratória	292
177. Declaração principal e incidental	293
178. Declaração incidental e resolução de questão prejudicial	294
179. Tutela meramente declaratória na improcedência da demanda....	297
180. Tutela constitutiva: conteúdo	298
181. Sentenças constitutivas <i>determinativas</i> ou <i>dispositivas</i>	299
182. Tutela constitutiva e tipicidade.....	299
183. Tutela constitutiva e direito potestativo	301
184. Momento de eficácia da tutela constitutiva	301
185. Tutela condenatória	302
186. Imposição do dever de prestar e respectiva efetivação	303
187. Tutela condenatória e tutela executiva.....	305
188. Segue: execução como objeto de processo autônomo e de processo sincrético.....	306





189. Tutela condenatória e tipicidade	308
190. Tutela cautelar	308
191. Tutela cautelar e efeitos substanciais	309
192. Tutela de urgência (cautelar e antecipada): inserção no contexto da <i>tutela provisória</i>	311
193. O caráter atípico da tutela provisória (cautelar e antecipada)	313
194. A efetivação da tutela provisória	316
195. Fundamentos autorizadores da concessão da tutela provisória (e a correspondente exigência de motivação)	318
196. Tutela provisória requerida em caráter antecedente ou incidental	321
197. Tutela provisória antecipada de urgência requerida em caráter antecedente	322
198. Estabilização da tutela provisória antecipada de urgência.....	324
199. Tutela provisória cautelar requerida em caráter antecedente	326
200. Classificação das ações ou das tutelas (síntese).....	328

CAPÍTULO III

Condições da ação

201. Condições da ação e direito material	331
202. Razão de ser das condições da ação	332
203. Condições da ação e mérito (as «falsas carências»)	333
204. Segue: teoria da asserção	334
205. Valor e atualidade da categoria das condições da ação.....	335
206. Condições da ação e inafastabilidade do controle jurisdicional ...	338
207. Condições «especiais» da ação	340
208. Condições da ação, pressupostos processuais e (as assim ditas) «condições de procedibilidade»	340
209. Possibilidade jurídica da demanda.....	342
210. Possibilidade jurídica e tipicidade da ação.....	343
211. Legitimidade ordinária e extraordinária	344





SUMÁRIO

19

212. Parte, parte legítima e terceiro.....	345
213. Legitimidade, direito material e mérito	346
214. Legitimidade e pluralidade de partes (litisconsórcio)	347
215. Interesse processual	347
216. Interesse e via processual adequada («ação cabível»)	349
217. Legítimo interesse de agir	350
218. Interesse de agir no desenrolar do processo	351
219. Segue: perda ulterior do interesse processual (carência superveniente)	352

CAPÍTULO IV

Elementos identificadores da ação

220. Elementos identificadores da ação (ou da demanda)	355
221. Demandas «repetidas» e «repetitivas»	356
222. Partes	357
223. Causa de pedir (próxima e remota)	357
224. Fundamento jurídico e fundamento legal	358
225. Pedido	360
226. Pedido imediato e mediato.....	360
227. Pedido, mérito e questões de mérito.....	361
228. Pedido e requerimento	362
229. Iniciativa do pedido.....	363

CAPÍTULO V

Aspectos conceituais de exceção

230. Exceção (significados possíveis).....	365
231. Exceção e ônus de alegação	366
232. Exceção e tutela jurisdicional	367
233. Exceção e limites à cognição vertical (profundidade) e horizontal (extensão)	368
234. Hipóteses em que o réu deduz pedido.....	368





235. Segue: reconvenção e pedido contraposto	369
236. Segue: ação dúplice	370

TÍTULO V

Os institutos fundamentais do processo civil: processo

CAPÍTULO I

Natureza, conceito e classificação

237. Introdução	375
238. Teorias acerca da natureza jurídica do processo.....	376
239. Significado atual de processo	378
240. Segue: processo não é apenas um procedimento em contraditório	380
241. Segue: processo e vinculação dos destinatários do ato final (re- sultado)	383
242. Segue: processo como instrumento de atividades voltadas a solu- ções não adjudicadas.....	384
243. Significado atual de processo: síntese	386
244. Classificação dos processos.....	387

CAPÍTULO II

Procedimento

245. Procedimento.....	391
246. Procedimento e contraditório.....	392
247. Procedimento rígido e flexível	393
248. Rigidez do procedimento no Código de Processo Civil	394
249. Classificação dos procedimentos: comum e especiais	398
250. Segue: procedimento comum (antes ordinário e sumário)	399
251. Caráter residual do procedimento comum	400
252. Escolha do procedimento pela parte	401
253. Modo do procedimento.....	403
254. Oralidade.....	403





SUMÁRIO 21

255. Segue: a oralidade no CPC vigente	404
256. Perspectivas da oralidade	406
257. Alteração do procedimento pelo juiz	407
258. Alteração do procedimento (<i>rectius</i> do processo) pelas partes	409
259. Negócio processual: elementos de existência.....	409
260. Segue: requisitos de validade	411

CAPÍTULO III

Atos processuais

261. Atos processuais: introdução	415
262. Forma dos atos processuais.....	416
263. Lugar	417
264. Tempo	419
265. Segue: prazos processuais (espécies)	420
266. Segue: contagem.....	422
267. Lugar e tempo: repercussões do processo eletrônico	424
268. Atos processuais sob a ótica dos respectivos sujeitos.....	454
269. Segue: conceito de sentença	426
270. Atos dispositivos das partes	428

CAPÍTULO IV

Relação jurídica processual

271. Relação jurídica processual.....	431
272. Relação processual e contraditório	432
273. Objeto da relação processual	433
274. Sujeitos da relação processual.....	433
275. Segue: capacidade	435
276. Pressupostos da relação processual (ou pressupostos processuais): tentativa de delimitação	437
277. Segue: quais são os pressupostos processuais?.....	440





278. Utilidade metodológica da categoria dos pressupostos processuais	442
279. Pressupostos processuais e condições da ação	442
280. Características da relação processual	443

